



Ata da sessão ordinária de 4/2/2020. Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no horário regimental, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na rua Coronel Vida, 211, Centro, realizou-se a 1ª (primeira) sessão ordinária da 4ª (quarta) sessão legislativa da 17ª (décima sétima) legislatura, sob a presidência do Vereador Domingos Everaldo Kuhn, secretariada pelos Vereadores Anselmo Heimbecher Osório e Marcos Ribas, com a presença dos Vereadores Arildo Santos Zaleski, Denis Sanson, Gilmar Costa, João Alberto Ferreira da Costa, João Savi e Rogério Czelusniak. Havendo número legal de Vereadores o Senhor Presidente, em nome de Deus e pelo Povo, declarou aberta a sessão e determinou a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. O 1º Secretário procedeu a leitura do expediente da sessão. Do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Edir Havrechaki, ofício 27/2020, de 4/2/2020, encaminhando para apreciação o substitutivo ao projeto de lei 5419, que “dispõe sobre a recomposição salarial dos servidores públicos efetivos, ativos e inativos, detentores de emprego público e comissionados do Município de Palmeira e dá outras providências” e ofício 28/2020, de 4/2/2020, encaminhando para apreciação os projetos de lei numerados 5435 e 5436, que, respectivamente, “autoriza abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 45.000,00” e “autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 289.000,00”. Do Secretário Municipal de Urbanismo, Senhor Fabiano Bishop Cassanta, ofício 8/2020, de 31/1/2020, solicitando posicionamento da Câmara Municipal a respeito do projeto de lei 5276, que trata da celebração de contrato entre o Município de Palmeira e a SANEPAR. Do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Ademar Luiz Traiano, convite para audiência pública em 12/4/2020, às 9 horas, para discussão da PEC do Pacto Federativo, no “Plenarinho” da ALEP. Do Vereador Marcos Ribas, projetos de lei numerados 5434 e 5437/2020, para apreciação por esta Casa de Leis, que, respectivamente, “dá denominação à Central de Atendimento ao Cidadão” e “dá denominação à rua da cidade”. Da Mesa Executiva da Câmara Municipal, substitutivo ao projeto de lei 5422, para apreciação por esta Casa de Leis, que “dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores efetivos, ativo e inativos, e comissionados da Câmara Municipal de Palmeira no ano de 2020”. Do Vereador Denis Sanson, requerimento 2/2020, de 4/2/2020, requerendo o encaminhamento de expediente ao Prefeito Municipal para que forneça informações sobre o desmembramento de lotes em Witmarsum, conforme croquis em anexo, e cópias de documentos comprobatórios relativos ao processo de aprovação do projeto pelo Município. Esgotada a matéria do expediente procedeu-se a verificação da presença, anotando-se o comparecimento de todos os Vereadores titulares. Inscrito para fazer uso da palavra o Vereador João Alberto Ferreira da Costa, com o assunto “2020, eleições e saúde”. Com a palavra, saudou a Mesa Diretora e demais Vereadores. Disse que esse é o último ano da Legislatura. Que em 2014 a sujeira debaixo do tapete apareceu e o Brasil estava sendo passado a limpo e a corrupção estava desmoronando. Que a situação hoje, após as eleições federais e estaduais, está melhor, mas é no Município que tudo acontece. Falou que neste ano acontecerão as eleições municipais e a população deverá escolher um governo novo, tirando do poder aqueles que o ocupam há 16 anos. Que os dois grandes assuntos para discussão são a corrupção e a saúde. Que, embora a atenção primária à saúde esteja funcionando razoavelmente bem no Município, a atenção secundária está à beira da falência. Relatou que o Hospital Madre Tereza de Calcutá foi interditado em dezembro do ano passado porque não tem recursos para desempenhar suas atividades e o Hospital Santa Casa não tem como pagar os salários de seus funcionários. Que a Administração Municipal deve mais de R\$ 200 mil para o Hospital Madre Tereza, dívida contraída pela Administração anterior cuja cobrança está agora tramitando no Poder Judiciário. Que o Governo do Paraná deve cerca de R\$ 300 mil para o Hospital Santa Casa por serviços já prestados, tendo uma comitiva composta inclusive pelo Prefeito se deslocado recentemente à Curitiba para cobrar o devido, mas sequer foram recebidos pelo Secretário Estadual de Saúde. Disse que isso prejudica a população de Palmeira, mas este é um ano novo no qual será escolhido um governo novo. Que com uma equipe diferente se propõe a construir uma saúde nova, assumindo os dois hospitais e utilizando o Hospital Madre Tereza para atendimentos do SAMU, de urgência e emergência, e o Hospital Santa Casa como um P.A. estendido. Pediu a Deus que dê sapiência e discernimento aos eleitores para que não caiam em conversa fiada e escolham um governo que tenha compromisso e capacidade. Falou que a saúde será diferente e os recursos municipais são suficientes para sustentar essa estrutura. Que quando se tem a sensação de que há corrupção mas não se tem provas não adianta recorrer à Justiça, sendo possível mudar isso apenas com o voto. Que somente essa sensação, de que os governantes melhoram as suas vidas mas não a da comunidade, já é causadora de grande mal. Disse que esses assuntos precisam ser discutidos ou a realidade dos



próximos anos será igual ou pior a que se tem hoje, o que ninguém mais quer. Seguiu-se então à ordem do dia. Em discussão única o requerimento 1/2020. O Vereador Marcos Ribas relatou que já obteve as informações requeridas do Secretário Municipal de Finanças, o qual informou que não constam notas emitidas pela empresa Arauco Forest Brasil S.A. pelas atividades realizadas no interior do Município. Disse que fez o pedido de maneira oficial para que a Secretaria tome as devidas providências junto à empresa e verifique se houve ou não sonegação fiscal. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em discussão e votação única, em bloco, foram aprovadas por unanimidade as indicações 117/2019 e 1 a 3/2020. Em 2ª discussão o projeto de lei complementar 17/2019. O Vereador Denis Sanson disse que durante a 2ª discussão foi requerido o adiamento da discussão da proposição, que autoriza propriedades privadas a firmar parcerias com o Município para criação e edificação de loteamentos, o qual devolveria parte das edificações prontas ao particular como pagamento. Falou que este tipo de trabalho não é de responsabilidade do Município e que se algum particular tem interesse em investir deve buscar a iniciativa privada. Que o orçamento municipal precisa ser usado na atenção básica à população e por isso é contra o projeto. O Vereador Marcos Ribas disse que foi o autor do requerimento para adiamento da discussão do projeto. Que essa proposição complementa o projeto que trata do IPTU progressivo, o qual foi retirado pelo Poder Executivo mas será novamente apresentado juntamente com a reforma do Código Tributário. Relatou que o projeto dá ao proprietário de lotes afetados pelo IPTU progressivo uma última oportunidade para firmar uma parceria com o Município para regularização dessas áreas. Pediu que a discussão seja adiada por 60 dias, até que o Poder Executivo encaminhe o projeto que trata do IPTU progressivo, que permitirá que a presente proposição possa ser aplicada na prática, caso necessário. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento para adiamento da discussão do projeto de lei complementar 17/2019 por 60 dias. Finalizada a ordem do dia o Senhor Presidente encaminhou à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação os substitutivos aos projetos de lei 5419 e 5422 e os projetos de lei 5434 ao 5437 e à Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização os substitutivos aos projetos de lei 5419 e 5422 e os projetos de lei 5435 e 5436. Inscrito para explicação pessoal o Vereador Anselmo Heimbecher Osório, com o assunto “ano de eleições”. Com a palavra, parabenizou o Vereador João Alberto Ferreira da Costa pelo discurso e disse que concorda que as discussões seguirão os rumos apontados por ele. Que este é o ano dos embates eleitorais e todos devem ser transparente com a população e falar a verdade, pois contra esta não há defesa. Que também irá cooperar e trazer informações concisas. Conclamou os demais Vereadores para que façam o mesmo, permitindo que a população possa escolher os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito que representam o bem para Palmeira. Inscrito para explicação pessoal o Vereador Marcos Ribas, com o assunto “recursos SUS Santa Casa”. Com a palavra, disse que esteve junto com o Prefeito em Curitiba para falar com o Secretário Municipal de Saúde, Senhor Beto Preto, sobre os recursos devidos à Santa Casa, mas o Secretário cancelou em cima da hora. Relatou que quando a nova diretoria do hospital assumiu, o contrato com o Governo do Estado estava vencido ou para vencer, tendo sido continuadas, em 27/6, as tramitações para sua renovação, mas desde 19/8 o processo está parado no setor jurídico da Secretaria Estadual de Saúde. Falou que o Senhor Nelson Verner, com quem conversou no lugar do Secretário, admitiu que o problema é de responsabilidade do Governo do Estado e afirmou que em 45 dias o processo seria concluído e o pagamento realizado, mas ao consultar a tramitação, constatou não ter havido qualquer avanço, o que lhe causa preocupação. Inscrito para explicação pessoal o Vereador Denis Sanson, com o assunto “pedras”. Com a palavra, disse que tem ouvido reclamações no último mês sobre as estradas rurais do Município. Que essas cobranças estão mais contundentes agora tendo em vista a quantidade de pedras que já foram retiradas da pedreira em Campestre de Vieiras. Relatou que nos últimos dias teve conhecimento de denúncias de que caminhões de outros Municípios estão retirando pedras dessa pedreira. Solicitou à Câmara Municipal que requeira da Secretaria Municipal de Obras ou do Prefeito explicações sobre os motivos de caminhões de São João do Triunfo estarem utilizando a pedreira, qual a quantidade de pedras retiradas e que ainda serão retiradas, qual a negociação realizada e a sua finalidade. Falou que as pedras devem ser utilizadas primeiro nas estradas de Palmeira, tendo em vista as condições em que se encontram. Nada mais havendo a ser tratado o Senhor Presidente lembrou que a próxima sessão ordinária será realizada no dia 11 (onze) do corrente, no horário regimental, constando na ordem do dia a discussão e votação única do requerimento 2/2020. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo Povo declarou encerrada a sessão, da qual, para tudo constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e 1º Secretário.